



Instituições devem acionar simulacros, segundo o coordenador do estudo

OUTROS DADOS

Acesso à cultura
O capital cultural e o nível de escolaridade são fatores de peso na desigualdade do acesso à cultura, segundo o estudo "Cultura, Formação e Cidadania", do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. A população idosa e reformada também tem menos propensão para a prática cultural.

Portugueses alheados
"Persiste um amplo espectro de população razoavelmente alheada de uma boa parte da atividade cultural e artística", diz o estudo do CES. Sobretudo em grupos sociais com fatores de exclusão social (baixos níveis de escolaridade, pobreza, etc.).

Mais artes na escola



O mesmo estudo do CES propõe o reforço da presença das artes e cultura no meio escolar, mediante um contacto regular de alunos e professores com linguagens artísticas contemporâneas e agentes culturais. Por exemplo, incentivando experiências artísticas nas escolas.

Património classificado

"O património classificado existente - 3836 bens patrimoniais, em território continental português - concentra-se na percentagem de 61% nas regiões do Norte e Lisboa e Vale do Tejo, sendo a amplitude de variação regional expressiva, contando a região Norte, a de maior número, com 1324 bens (35%), e o Algarve, a de menor expressão, com apenas 149 bens (4%), perfazendo uma variação de quase 900%", revela o estudo "Património e Território", da Universidade de Algarve.

Museus sem plano de emergência

● **Estudo** diz que 57,9% dos museus da rede nacional não tem plano aprovado pelas entidades

Carina Fonseca
cultura@jn.pt

Mais de metade dos museus da rede nacional não tem um plano de emergência aprovado pelas entidades competentes, conclui uma pesquisa do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

“**D**e acordo com os resultados de um questionário, 57,9% dos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus não dispõe de um plano de emergência aprovado pelas entidades competentes”. Eis uma das conclu-

sões do estudo “Cultura, Formação e Cidadania”, do CES.

“A lógica de abordagem do risco é processual e não estratégica, documentada pela existência, na maior parte dos museus, de responsáveis de segurança e de planos de evacuação do público e dos funcionários em caso de ocorrência de acontecimentos extraordinários”, revela ainda.

O estudo recomenda a “elaboração obrigatória de um plano de segurança, de emergência e a adoção de procedimentos de gestão do risco nos museus, contando com apoio técnico da tutela e da Autoridade Nacional de Proteção Civil”. E a “implementação de planos de realização de simulacros por parte dos mu-

● **Recomendada** a sua “elaboração obrigatória”, com apoio técnico de tutela e Proteção Civil

seus” já com “planos de emergência em vigor”.

“Isto preocupa-nos, no sentido em que mostra uma relativamente baixa perceção dos riscos que os museus enfrentam”, no que respeita ao seu pessoal, aos seus visitantes e às suas coleções, disse, ao JN, o coordenador do estudo, Carlos Fortuna. O professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador

COORDENADOR DO ESTUDO APONTA “PERCEÇÃO DOS RISCOS RELATIVAMENTE BAIXA”

do CES considera “absolutamente necessário que [os museus] tenham planos de emergência e acionem com regularidade os simulacros”.

Carlos Fortuna afirmou também que uma parte dos museus não tem “uma lista de prioridades das peças e bens culturais guardados”, que defina quais devem ser retirados de imediato da instituição em caso de desastre. E lembrou que para o ano se assinalam os 260 anos do terramoto de Lisboa, ocasião que deve ser aproveitada para refletir sobre estas questões.

“Cultura, Formação e Cidadania” foi um dos três estudos apresentados, ontem, no Porto, no âmbito do “Plano Cultura 2020”, uma iniciati-

va da Secretaria de Estado da Cultura, através do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, que visa ajudar a projetar políticas culturais para os próximos anos, no quadro europeu.

Impacto de milhões

Os bens patrimoniais ligados ao Estado central podem ter um impacto económico anual entre 20 milhões e 100 milhões de euros, estima outro estudo, denominado “Património e Território”, coordenado pelos investigadores da Universidade do Algarve João Pedro Bernardes, Luís Filipe Oliveira e Ricardo Moreira.

O estudo indica que “a taxa interna de retorno de um investimento estruturado num bem patrimonial com relevância pública nacional se situa entre os valores de 10% e 16% para as rendas apropriadas e entre 15,5% e 26,9% para a globalidade do valor gerado”. ●

